

## Os imigrantes portugueses na Venezuela: políticas culturais e interculturalidade

Andrea Imaginario Bingre

O nosso objetivo é fazer uma aproximação a algumas das práticas e políticas culturais, públicas ou privadas, que têm influído no processo histórico de interculturalidade entre os imigrantes portugueses e a sociedade venezuelana, especialmente na segunda metade do século XX, período da modernização da Venezuela e a consequente grande imigração. Entendemos a interculturalidade como um processo de intersecção de grupos culturais diferentes que, também dentro deles, são heterogéneos, e que se constrói a través de fenómenos de comunicação de diferente teor entre as partes envolvidas, como as práticas culturais, as políticas culturais e os conflitos<sup>1</sup>. Este artigo é parte de uma investigação doutoral em andamento na Universidade Autónoma de Lisboa e, por tanto, não pretendemos esgotar o tema, mas sim dar conta dos dados encontrados mais relevantes até o momento.

### Um início com preconceitos, mitos e realidades

Uma olhada à história da imigração portuguesa na Venezuela permite reconhecer a presença de políticas culturais impulsadas por atores institucionais (públicos ou privados) com interesses e propósitos. Se a Venezuela se tornou no século XX num destino propício para a imigração, foi por conta dos esforços em políticas de modernização feitos por diferentes governos venezuelanos.

Começemos por esclarecer que, segundo o investigador Antonio de Abreu Xavier, existiram quatro períodos de políticas imigratórias na Venezuela: o primeiro, no século XIX, que não teve sucesso; o segundo, entre 1935 e 1949, ponto de partida para à modernização da Venezuela numa democracia ainda frágil, no qual se conferiu aos imigrantes um estatuto legal; o terceiro, entre 1954 e 1955, chamado *Período de Puertas Abiertas* no governo militar de Marcos Pérez Jiménez (1952-1958), onde as exigências foram simplificadas em favor da imigração europeia; e, finalmente, o quarto, a partir do ano 1974<sup>2</sup>. Facilitadas as condições de imigração a partir de 1935, os portugueses começaram a chegar à Venezuela na década de 1940, e cada vez com mais vigor nas décadas de 1950 e 1960, até o declínio progressivo da imigração a partir de 1980. Neste tempo, alcançaram estabilidade e protagonismo na sociedade venezuelana, especialmente na área do comércio, que conseguiram dominar a 60%<sup>3</sup>.

Atentos a este horizonte, perguntamos: quais são as políticas culturais que têm existido, se existiram, em favor da interculturalidade entre os dois países? Grande parte dos portugueses que chegaram a Venezuela no percurso das décadas de 1940 e 1950 caracterizava-se pela baixa instrução formal (apenas a quarta classe), ou até pelo analfabetismo, produto das políticas do Estado Novo em Portugal, de ordem nacionalista, tradicionalista, con-

servador e colonialista<sup>4</sup>. Muitos provinham do campo, nomeadamente do norte de Portugal continental e da ilha da Madeira, setor marginado nas políticas educativas do Estado Novo.

**“Na década de 1950, os portugueses eram vistos por muitos cidadãos venezuelanos como pessoas ignorantes e sem higiene(...)”**

Para as delegações diplomáticas, isto representava um problema de urgente atenção, pois não podiam garantir a organização de uma comunidade cada vez maior. Segundo uma carta do embaixador L. Esteves Fernandes, com data de 8 de abril de 1947: “É analfabeta a maioria dos portugueses que vive neste país e desse mal resulta da sua relutância em aceitar qualquer disciplina associativa”<sup>5</sup>. Para o embaixador, o associativismo era o mecanismo para melhorar a imagem de Portugal, manter o sentido de pertença e garantir a ligação económica com o país de origem. Na carta, Esteves Fernandes fala também da existência de uma “Casa de Portugal em Caracas”, ativa desde 1944, originalmente pensada como espaço cultural, mas, no fim, só operativa como espaço recreativo. Mesmo assim, é expressão de uma das primeiras iniciativas culturais da comunidade.

Entre os anos de 1940 e 1950, o principal interesse da Venezuela em relação aos imigrantes estava focado na captação de mão-de-obra e no povoamento do país em aras da modernização. No entanto, a política cultural portuguesa focava-se no estímulo do associativismo, e na necessária alfabetização dos emigrantes. Por isso, o centro da política gravitava em torno da educação e da promoção da língua portuguesa através das escolas da comunidade. Nos anos de 1960 e nas décadas seguintes, a integração dos estrangeiros foi fulcral para a Venezuela, tendo em conta o seu elevado número, originários de diferentes partes do mundo. Deste modo, as políticas implementadas tanto no setor público como no privado direccionaram-se a favor da integração, incluídas as campanhas e as diferentes iniciativas para melhorar a imagem dos portugueses perante os venezuelanos. Nessa altura, as políticas do governo português mostraram preocupação pela nova geração de lusodescendentes, pelo que foram impulsionadas diferentes ações para promover o vínculo dos filhos com a herança cultural dos ascendentes.

Quando a política de *Puertas Abiertas* acabou, os portugueses continuaram a chegar por convite dos seus familiares estabelecidos no país. A integração ainda tomou o seu tempo. Na década de 1950, os portugueses eram vistos por muitos cidadãos venezuelanos como pessoas ignorantes e sem higiene. Chamar alguém de *portugués* era um insulto, segundo declara Miguel Acosta Saignes no livro *Historia de los portugueses na Venezuela*<sup>6</sup>, publicado originalmente pela Direção de Cultura da Universidade Central da Venezuela no ano 1959. No livro, o autor descrevia aos portugueses como pessoas que se adaptavam com facilidade à sociedade de acolhida. De facto, foi para construir uma melhor imagem dos portugueses na Venezuela que se redigiu este livro. Por outras palavras: foi uma política cultural.

Dois anos antes da publicação desse livro, em 1957, Amália Rodrigues tinha visitado o país e reparou no tom depreciativo da expressão venezuelana “*mira, portugués*”. Segundo o investigador Miguel Carvalho, durante uma entrevista para o diário *Últimas*

*Noticias*, Amália tentou explicar aos venezuelanos que muitos daqueles imigrantes não tinham tido acesso à educação por causa da pobreza e que, por tanto, não representavam a totalidade do gentílico. Segundo Carvalho, aquilo desatou o mal-estar da comunidade e trouxe problemas para a fadista em Portugal<sup>7</sup>. No entanto, a revista cultural venezuelana *Elite* não tinha interesse naquela polémica. Dirigiu todos os holofotes à artista e o fado num artigo intitulado “*Amalia Rodrigues en persona: Ella lleva Lisboa por el mundo*”, na sua edição do Ano 33, No. 1679, de 1957. Nos meios culturais do país, impunha-se a valorização da artista e da cultura portuguesa.

#### **A democracia como alicerce da integração**

O governo militar chegou ao fim na Venezuela em 1958 e consolidou-se uma nova constituição democrática em 1961. Tanto Rómulo Betancourt (1959-1964) como Raul Leoni (1964-1969), ambos do partido *Acción Democrática*, fizeram grandes investi-

mentos na modernização do país, não isentos de polémica. O associativismo português continuou a crescer, não só em instituições vocacionadas à recreação e a cultura; também organizações políticas.

À diferença dos anos anteriores, o nível de integração era palpável, e a aceitação e solidariedade venezuelana aumentavam, após vários anos de participação clara e comprometida no setor agrícola, comercial e industrial. Não estranha que, no ano 1960, diferentes empresas venezuelanas dedicassem páginas completas na imprensa nacional para cumprimentar os portugueses no Dia Nacional de Portugal, 10 de Junho. São algumas delas *Industrias Pampero*, a *Confederación Nacional de Trabajadores de Venezuela* (CTV), as Bodegas Hispanoamericanas e, muito especialmente, a *Asociación Pro-Venezuela*, uma organização civil de empresários venezuelanos fundada em 1958 para promover a indústria dentro das políticas nacionalistas da democracia em andamento.

Nesta altura os portugueses atingem alguma estabilidade e, de facto, a co-

munidade conta com várias escolas em Caracas, Los Teques e Valencia com instrução em português para os lusodescendentes. A integração era favorável ao clima de desenvolvimento nacional e foi promovida pelo Estado, assim como por associações civis nacionais, como Pro-Venezuela. Por exemplo, esta última planificou programas de integração cultural em 1961, tais como as visitas aos monumentos históricos para estrangeiros, com o apoio de diferentes ministérios. Desenvolveu também várias campanhas de apoio aos imigrantes, nomeadamente aos portugueses, segundo uma entrevista a Daniel Morais, figura prominente do associativismo português, no jornal *El Nacional*, do dia 10 de Junho de 1969.

## “A integração dos portugueses na sociedade venezuelana já não é um problema no século XXI(...)”

No entanto, existia o temor de que a integração fizesse esquecer o vínculo histórico com Portugal, especialmente nos lusodescendentes, o que diminuiria significativamente as remessas que recebia Portugal dos seus emigrantes. Numa carta enviada ao chefe de gabinete do ministro da Educação Nacional, com data do dia 7 de novembro de 1969, o embaixador Frederico José Teixeira de Sampaio propunha: “manter (...) a consciência da sua origem lusa aliada à um sã orgulho da pátria dos

seus ascendentes, o que só se conseguiria com uma *política de larga divulgação do nosso património cultural naquele país*” [ênfases nosso]<sup>8</sup>. Além das remessas, o embaixador alegava a conveniência de ter como aliado este país, que se projetava como promessa económica.

O otimismo sobre o futuro venezuelano também animava, em contrapartida, o nacionalismo do novo governo de Rafael Caldera (1969-1974), candidato do partido conservador COPEI. As suas políticas nacionalistas, mesmo que moderadas, eram cada vez mais intensificadas. Sabemos, por uma correspondência da embaixada de Portugal dirigida ao presidente do Instituto de Alta Cultura em Portugal, de 23 de março de 1971, que, nesse ano, o governo obrigou por decreto as escolas de comunidades estrangeiras a lecionar a totalidade do programa em espanhol. Mesmo assim, foi permitido propor um modelo educativo com horas complementares na língua respetiva. Isto pode ser interpretado como um

fator em contra da promoção da cultura portuguesa que tanto recomendava o embaixador.

Um novo horizonte na Venezuela estabeleceu-se a partir de 1974, o último fôlego da grande imigração portuguesa para o país. O ano da Revolução dos Cravos em Portugal coincidiu com a era da “Venezuela Saudita”, chamada assim em função das grandes quantidades de dinheiro que entravam no país após a nacionalização do petróleo no novo governo, liderado por Carlos Andrés Pérez (1974-1979), no contexto da crise energética internacional. Neste período, pela primeira vez na história da Venezuela, um presidente venezuelano — Pérez — foi convidado a visitar Portugal e, em retribuição, um presidente português visitou o país sul-americano: o general António Ramalho Eanes. Esta visita teve lugar em 1978 e foi no seu âmbito assinado o primeiro Acordo Cultural entre os Estados de Portugal e Venezuela<sup>9</sup> (*Es-treitar as relações de Portugal com o mundo*, 21 de maio de 1978).

### Venezuela

1936-1948. Modernização, abertura e democratização inicial.

1948-1958. Ditadura militar.

1958-1978. Consolidação democrática e auge da modernização económica.

1978-1998. Crise do Modelo de desenvolvimento e do sistema democrático.

### Portugal

1933. Início do Estado Novo. Ditadura corporativista.

1961-1974. Guerras coloniais portuguesas (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique)

1974. Revolução dos Cravos (fim do Estado Novo) e início da democratização.

1985. Entrada de Portugal na União Europeia.

Nos anos seguintes, o associativismo português continuou a crescer, especialmente no âmbito cultural. Muitos eventos foram organizados, entre eles, a polémica *Exposición Luso-Venezolana de Comercio, Industria y Turismo. Venezuela-Portugal*, 1982, que teve o apoio das empresas venezuelanas *Organización Gramibeca*; *Embotelladora Caracas* (em nome de Pepsi-Cola), entre outros. Dentro da comunidade também eram frequentes os arraiais, as festas religiosas de grande dimensão, especialmente dedicadas a Nossa Senhora de Fátima e a criação de múltiplos meios de comunicação, entre jornais, revistas, emissoras e programas de rádio, entre outros.

#### **No declínio da democracia representativa**

Quando Luis Herrera Campins sucedeu a Pérez na presidência da República (1979-1984), não havia dinheiro, mas uma enorme dívida, consequência da ambiciosa modernização promovida por Pérez. Iniciava assim a recessão económica da década de 1980, que trouxe consigo a desvalorização da moeda nacional, o bolívar, em 1983. Se bem muitos portugueses, especialmente os continentais, voltaram para Portugal, a maior parte optou por ficar, mesmo que no governo de Jaime Lusinchi (1984-1989) os escândalos de corrupção fossem aumentando. Foi nesse período presidencial que se criou, finalmente, o Instituto Português de Cultura (IPC), em 1985, sob a liderança de Daniel Morais. Num associativismo caracterizado pela promoção da tradição popular, o IPC salienta-

va pelo interesse particular nas letras. Carlos Andrés Pérez foi reeleito para o período 1989-1993 para “reparar” os seus erros. O seu governo enfrentou, logo no início, uma onda de saques entre 27 e 28 de fevereiro, denominada El Caracazo, que deixou muitas vítimas fatais e profundos danos económicos no setor do comércio. Em 1992, enfrentou também duas tentativas de golpe de Estado, um no dia 4 de fevereiro, liderado por Hugo Chávez Frías, e outro no dia 27 de novembro. A Carlos Andrés Pérez sucedeu outro mandato de Rafael Caldera (1994-1999), marcado pelo deteriorar da situação económica nacional e por um indulto a Chávez. Num ambiente político de polarização, Chávez chegou ao poder democraticamente em 1999, impulsionando uma nova constituição que marcou o fim da democracia representativa.

Nesses anos, declinou significativamente a imigração portuguesa, mas não desapareceram as iniciativas em nome desta cultura. Pelo contrário: as iniciativas cresceram e muitas delas se institucionalizaram. Até aos primeiros anos do século XXI, e além das instituições oficiais do Estado português, como o Instituto Camões, temos registado:

- Mais de trinta e cinco grupos folclóricos portugueses e luso-venezuelanos.
- Mais de trinta e oito médios de comunicação (jornais, revistas, programas de rádio, etc.).
- Mais de quarenta instituições, entre as quais o IPC, a Missão Católica Portuguesa, grupos de teatro, associações benéficas, grupos políticos, a AVELP (*Asociación Venezolana*

*para la Enseñanza de la Lengua Portuguesa*).

- Pelo menos, nove escolas (dentro dos parâmetros permitidos).

Muitas destas formas de associativismo têm estado vocacionadas às necessidades da comunidade portuguesa, mas a interculturalidade faz-se sentir sempre que existe uma articulação com a sociedade de acolhimento. Temos de nos lembrar também que a interculturalidade precisa de dois atores. No âmbito cultural, têm sido assinados vários acordos entre os governos venezuelano e português, mas até agora não temos conseguido descobrir quais têm sido as ações sistémicas ou retributivas entre os atores, com exceção da atribuição de bolsas outorgadas por Portugal para o estudo da sua língua a candidatos sugeridos pelas autoridades venezuelanas competentes.

Certas instituições venezuelanas têm estado abertas às propostas de divulgação cultural portuguesa, nomeadamente da língua. Podemos salientar a Universidade Central da Venezuela (UCV), que desde a entrada do Instituto Camões no país, em meados da década de 1990, abriu o departamento de Português, ainda ativo e com importantes avanços nos seus objetivos. A UCV coordena também, com o apoio da Coordenação de Ensino Português no Estrangeiro (CEPE), a cátedra Fernando Pessoa desde 2002; e o centro Camões, Centro de Língua Portuguesa, dirigido pela professora Digna Tovar. Também a Universidade Pedagógica Experimental Libertador de Maracay abriu o seu Centro de Língua Portuguesa, assim como diferentes

escolas primárias no interior do país, não relacionadas com a comunidade portuguesa, estão a lecionar a língua portuguesa através de um convénio com a CEPE, segundo informação proporcionada numa entrevista pessoal por Rainer Sousa, coordenador desta entidade na Venezuela.

No âmbito das humanidades venezuelanas, os portugueses têm sido objeto de importantes investigações e reflexões. Além do livro de Acosta Saignes, podemos mencionar o livro do lusodescendente Antonio de Abreu Xavier, *Con Portugal en la maleta* (2007). A jornalista Yoyiaha de Ahumada escreveu *Venezuela y Portugal: 20 testimonios*, editado pela *Fundación para la Cultura Urbana* em 2013. Sublinhamos também as investigações de Froilán Ramos Rodríguez, particularmente aquela publicada em 2018 com o título *Travesía de la Esperanza: La inmigración portuguesa en Barquisimeto* (1948-1958).

Na literatura, a cultura portuguesa ou temas sobre Portugal têm sido tratados na obra de diferentes autores, tais como Krina Ber, escritora e arquiteta polaca-venezuelana, ou Eugenio Montejo, poeta que fora adido cultural da embaixada venezuelana em Lisboa durante seis anos. Podemos adicionar o nome de conceituados escritores e investigadores luso-venezuelanos que também têm tratado o assunto, direta o indiretamente: Joaquim Marta Sosa, Miguel Gomes e Ana Lucía Bastos, entre outros.

Hoje, estimamos que existem diversas iniciativas que falam mais de uma vontade expressa de interculturalidade do que da adesão identitária. O aumento

dos espaços para o ensino da língua portuguesa, as iniciativas de diferentes cantores e músicos lusodescendentes fora dos muros da comunidade e o trabalho de divulgação do Instituto Português de Cultura, que começa a alargar o seu alcance mais além dos muros da sua sede (o clube Centro Português), acusam novas necessidades. A integração dos portugueses na sociedade venezuelana já não é um problema no século XXI. A identidade só pode sê-lo se acreditamos que a “cultura nacional” é um repertório fixo. A realidade é que, voluntariamente ou não, as políticas culturais atuais têm de ser pensadas desde a interculturalidade.

## Referências

- <sup>1</sup> GRIMSON, Alejandro (2020): Los límites de la cultura. Buenos Aires: Siglo XXI editores. Libro digital ePub.
- <sup>2</sup> XAVIER, António de Abreu (2009), "A comunidade portuguesa na Venezuela. Uma cronologia da sua presença contemporânea", in PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina, outubro 2009, n.º 5, Lisboa: ACIDI, pp. 171-184.
- <sup>3</sup> GOMES, Nancy (2009). Os portugueses na Venezuela. Relações Internacionais R:1 (24), pp. 083-092.
- <sup>4</sup> MELO, Daniel (2013): Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958). Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais. Coleção Estudos e Investigações 22.
- <sup>5</sup> ESTEVES FERNANDES, L. (8 de Abril de 1947). Carta do embaixador em Caracas dirigida ao Exmo. Senhor Presidente do Instituto para a Alta Cultura em Lisboa. Disponível no Arquivo do Instituto Camões, Lisboa, Livro N.3. Folio 71. Processo N.º. 4415, sob o título da pasta: Expansão da Língua Portuguesa na Venezuela.
- <sup>6</sup> ACOSTA SAIGNES, Miguel (1959): Historia de los portugueses en Venezuela. Caracas. Publicaciones de la Dirección de Cultura de la Universidad Central de Venezuela.
- <sup>7</sup> CARVALHO, Miguel (2020): Amália: Ditadura e Revolução. A história secreta. Lisboa: Dom Quixote, p. 102.
- <sup>8</sup> TEIXEIRA DE SAMPAIO, Frederico José (7 de novembro de 1969): Carta do senhor Embaixador em Caracas enviada ao chefe de Gabinete do ministro da Educação Nacional. Disponível no Arquivo do Instituto Camões, Lisboa, N.º de Processo 81, 82. CLT. 1368.
- <sup>9</sup> Estreitar as relações de Portugal com o mundo: textos oficiais relativos às visitas do presidente da República Portuguesa ao Brasil, Venezuela e Estados Unidos da América, incluindo as palavras proferidas aquando da sua passagem pela República de Cabo Verde. 21 de Maio de 1978, Ministério da Comunicação Social. Direção Geral da Divulgação.